

Programa mínimo ganha mais prazo

Ainda não será na próxima segunda-feira que o presidente José Sarney fará seu pronunciamento à nação, lançando as bases da nova aliança política do governo. "Isto deverá acontecer na terça-feira, o que lhe dará tempo para concluir a versão final do documento bem como a avaliação das forças políticas que lhe darão sustentação", explicou o porta-voz da Presidência da República, Antônio Frota Neto. Mas, antes mesmo do lançamento do bloco partidário de apoio ao governo, 38 parlamentares já subscreveram a lista do futuro bloco, revelou uma alta fonte do Palácio do Planalto.

A fonte assegurou que "até o final da próxima semana estará consolidada a nova base de apoio político do governo", após o que, afirmou, o presidente José Sarney definirá a nova configuração do seu ministério. Segundo o assessor, as negociações que se processarão durante este final de semana serão decisivas em relação ao novo ministério. Adiantou, entretanto, que já está definido que pelo menos 16 dos atuais ministros, permanecerão nos seus postos.

PACTO

O adiamento do discurso do presidente José Sarney não significa que o governo não desistiu do pacto político. Apenas, demonstra que a nota do PFL acirrou os ânimos do PMDB, que se uniu internamente, usa isso contra o seu antigo parceiro na Aliança Democrática e resiste a uma coligação em novas bases para a sustentação parlamentar do Palácio do Planalto.

Essa versão foi dada ontem por importante político do PMDB, para quem a no-

ta do PFL não atinge apenas o ministro Raphael de Almeida Magalhães, mas vai mais longe, espalhando seus estilhaços nos governadores de Estado, aos quais está ligada a ala mais moderada peemedebista. E esta, não deixou de protestar contra a atitude pefelista.

Como o pacto político montado no Palácio do Planalto visa conquistar, ou mesmo manter com o governo, a ala moderada do PMDB, o trabalho de costura exige algumas observações mais detalhadas, já que nele sempre se enfocou uma coligação entre PMDB e PFL, sem deixar de lado a necessidade de abrir as portas a novos parceiros. Daí porque não se falar mais em aliança e sim coligação.

Segundo a mesma fonte, a nota não chegou a "melhar" o pacto, mas complicou. Afinal, lembrou, o PMDB e o PFL disputam ferrenhamente nas bases os espaços políticos e essa luta se agrava com acusações como as que desfecha-

ram os pefelistas contra o ministro da Previdência e os governadores.

Todavia, a nota serviu para unir o PMDB, obrigando o governo a se voltar para buscar uma solução aos problemas criados pelo PFL. E que um dos propósitos do novo pacto reside exatamente na formalização de um compromisso seguro e duradouro, deixando de lado a carta de intenções e com os últimos acontecimentos não existe a certeza de que o apoio ao PFL se enquadre nestes objetivos.

O governo não quer apoio crítico, como o que vinha sendo oferecido pela Aliança Democrática, prosseguiu o político peemedebista, e a partir destes fatos se vê obrigado a analisar melhor se o caminho da coligação PMDB-PFL é o que mais interessa. Mas o pronunciamento do Presidente nessa linha será mantido, o que não dá a mesma certeza com relação à divulgação de um documento-compromisso como estava marcado para segunda-feira.

"Chega de politicagem"

O presidente José Sarney criticou ontem os políticos que praticam a politicagem e fazem pressões fisiológicas contra o seu governo. Anunciou que "é hora de acabar com os conchavos políticos, com as baixas práticas administrativas", afirmando que precisa de liberdade para tomar decisões e buscar acertar mais do que errar. Sarney garantiu que não é adepto do "retrocesso", depois de comunicar que na próxima semana vai anunciar à Nação o programa mínimo de governo, para concluir os

seus dois últimos anos de mandato.

— Quero um Brasil atual, progressista, livre, aberto, capaz de assumir o seu papel de uma grande Nação. Temos certeza que nós vamos chegar lá — disse o presidente Sarney no seu programa semanal "Conversa ao pé do Rádio". Anunciou que as mudanças políticas que pretende promover são destinadas a "dotar o governo de apoio político estável e efetivo para trabalhar melhor pelo nosso povo nestes próximos dois anos".

Já concluído parte do texto do "Compromisso"

O documento "Carta-compromisso com a Nação" que o presidente Sarney deverá divulgar está com a sua parte relativa à economia e à administração concluída. As pessoas que participaram da elaboração (técnicos da área econômica) ou tiveram acesso ao texto (políticos, especialmente governadores) garantem que ele se fundamenta na estratégia de ajuste da economia descrita no Plano de Controle Macroeconômico e no sistema de alocação de recursos previsto no Programa de Ação Governamental.

Sarney pretende destacar os êxitos do plano Bresser, salientando o refluxo inflacionário e reiterará o compromisso do seu governo com o crescimento sustentado da economia às taxas progra-

madas pelos dois planos: 6% no próximo ano e 7% a partir de 1989. Fará uma menção à política salarial, reiterando o compromisso de uma recomposição real dos salários — e não apenas do mínimo — até o fim de seu governo. O Presidente, contudo, não tenciona referir-se às perdas salariais ocorridas a partir do plano Bresser.

NEGOCIAÇÃO EXTERNA

Sarney aproveitará o ensejo para se manifestar sobre a renegociação externa que se desenvolve com os credores em Nova Iorque, apolando publicamente a atuação do ministro da Fazenda Bresser Pereira. Ele reiterará o interesse do Brasil em reinserir-se no mercado

financeiro internacional, em não promover um confronto com os credores e em chegar a um acordo que preserve o crescimento do país, com a ajuda da poupança externa, sem abdicação de soberania.

Assessores próximos do Presidente asseguraram que o documento, na parte relacionada à economia não trará novidades, até porque a estratégia de ajuste que vem sendo seguida satisfaz plenamente ao Presidente e conta com o apoio formal de todas as forças políticas, inclusive o PMDB. As restrições, envolvendo sobretudo a questão externa, são levantadas pela minoria radical peemedebista que sempre preferiu o confronto aberto com os credores.

Economistas acham PAG inviável

DEOLINDA SARAIVA
Correspondente

Rio — As lideranças dos economistas do Rio debruçaram-se ontem sobre o Plano de Ação Governamental do ministro Aníbal Teixeira para chegar à conclusão que o PAG é inviável não porque apresente metas irreais de planejamento, mas sim por ser incompatível com os pressupostos econômicos do Plano Bresser e porque não existe a contrapartida de arrecadação fiscal e financeira para sustentar os objetivos sociais e econômicos nele contidos.

Carlos Cosenza, presidente do Conselho Regional de Economia; Ricardo Bielchowsky, do Instituto de Economistas do Rio de Janeiro, e Tito Ryff, do Sindicato dos Economistas do Rio, dissecaram o Plano Bresser e o PAG, concluindo que a expectativa do go-

verno é de que o setor privado financie parte dos investimentos necessários às metas de crescimento econômico propostas, enquanto o setor público reduz seus gastos de investimentos para complementar os objetivos de redução do déficit público — ambas as expectativas praticamente impossíveis de serem atingidas.

"Estudando-se os dois planos, a torcida é pelo PAG, que contempla o lado social", diz Cosenza. Porém, acrescenta, o Plano Bresser, voltado para o reequilíbrio das contas externas, comprimindo o mercado interno em benefício do aumento da geração de dólares via exportação e reduzindo a meta de crescimento econômico, afasta os investimentos privados e põe por terra a expectativa de que o setor privado eleve sua participação de investimentos de

12,2 por cento do PIB em 1987 para 24,8 por cento em 1991, como prevê o Plano Macroeconômico. "Assim, o PAG e suas propostas sociais são inviáveis", observa.

Cosenza acredita, ainda, que o setor industrial chague ao final do ano com crescimento zero e que o PIB deverá fechar com um máximo de 3 por cento. "O governo já começou a seguir os valores do FMI", afirma. Outro fator lembrado pelo economista é o suporte fiscal e financeiro necessário para investimentos públicos. A queda da arrecadação tributária e o ônus das despesas financeiras do governo — "até o final de 87 o estoque da dívida interna chegará a Cz\$ 5 trilhões, dos quais 51 por cento correspondem a juros e correção monetária" — também inviabilizam as metas do PAG.